



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O
FUNCIONAMENTO DOS VALETS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

(PROCESSO RDP Nº 08-00056/2017)

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 08 DE MAIO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Há número legal. Declaro aberta a terceira reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo, Processo RDP nº 08-00056/2017, com a presença da Vereadora Edir Sales, dos Vereadores Senival Moura e André Santos e da Vereadora Soninha Francine.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios *On-Line*.

Primeiro um informe. Foi aprovado aqui o Requerimento de número 17.

A SRA. EDIR SALES – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Pela ordem, Vice-Presidente.

A SRA. EDIR SALES – Como eu tenho agora, às 11h30, que fazer o hasteamento da bandeira representando os nossos colegas, eu tenho que descer. Então, eu gostaria de me justificar; conseguimos já o *quorum* e agora eu vou e, se der, eu volto para cá. Tá bom?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sim, senhora, Vereadora.

A SRA. EDIR SALES – Eu exerço a minha função na da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo e depois, se possível for, eu voltarei.

Sejam bem-vindos, a Márcia de Araújo Borges, que é a Supervisora de Uso e Ocupação do Solo da Prefeitura Regional de Pinheiros, e também o Sr. Fernando Salles, meu xará; só que o meu Sales é com um “l” só, o Salles dele é Salles de rico, é com dois “l”. Então, cumprimentar também e agradecer a presença aqui do Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional de Pinheiros. Sejam bem-vindos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Vereadora.

A Comissão aprovou o Requerimento 14, que solicita a relação dos sindicatos, associações e outros que tenham como objeto o serviço de *valet* e estacionamento; foi o requerimento apresentado diante da informação de que a Prefeitura mantinha ou manteve contatos com as empresas desse setor no sentido de elaborar uma legislação realista, enfim,

ouvir, lógico, as partes interessadas. E, em resposta a isso, o Sr. Eduardo Tuma, Secretário da Casa Civil, solicitou a ampliação do prazo para dar atendimento ao solicitado por meio do ofício, e claro que nós deferimos o pedido.

Então, hoje, como a própria Vereadora Edir Sales já adiantou, nós temos aqui o Sr. Fernando Salles, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional de Pinheiros, e a Sra. Márcia Maria de Araújo Borges, Supervisora Geral de Uso e Ocupação do Solo da Prefeitura Regional de Pinheiros. Agradeço a presença de vocês dois e já passo a palavra para o Vereador André Santos se dirigir aos...

O SR. ANDRÉ SANTOS – Bom dia. Bom dia, Márcia. Bom dia, Fernando Salles. Bom dia, Vereador Senival e Soninha também. Mais uma vez, agradecendo aqui a presença de vocês, porque muitas vezes são feitos convites e alguns nem comparecem. Então, obrigado pelo respeito ao nosso trabalho, ao trabalho de vocês e, sobretudo, o respeito pela população.

Bem, eu gostaria já de antecipar uma pergunta aqui em relação à quantidade e os serviços de *valets* que operam regulares na região de Pinheiros, se já há uma estimativa em relação a isso. E a segunda, se a Prefeitura Regional de Pinheiros tem realizado ações fiscalizatórias e com qual frequência isso vem ocorrendo. Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sim, a gente solicita, então, aos convidados que façam a leitura do Termo de Compromisso.

O SR. FERNANDO SALLES – Bom dia a todos.

“Eu, Fernando Salles, convidado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo, Processo RDP nº 08-00056/2017, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada”.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigado, Sr. Fernando, eu sei que o

Vereador tem uma série de perguntas, né. Se o senhor quiser já...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tá certo. (Pausa) Pode já ler o termo também.

A SRA. MÁRCIA MARIA DE ARAÚJO BORGES – Bom dia.

“Eu, Márcia Maria de Araújo Borges, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo, Processo RDP nº 08-00056/2017, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada”.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Muito obrigada.

O SR. FERNANDO SALLES – Pois não. O que eu poderia dizer com relação à pergunta que o nosso Vereador André Santos nos fez é o seguinte: na Prefeitura Regional de Pinheiros nós temos cinco estabelecimentos comerciais que estão providos do Termo de Permissão de Uso de *valet service*. No que diz respeito à frequência da atuação da nossa fiscalização com relação a esse assunto, eu poderia dizer que, no ano de 2017, nós fizemos um comando integrado de fiscalização, posterior aos acontecimentos envolvendo um estabelecimento no centro da Cidade, sendo que, nos anos anteriores, houve uma frequência maior, mas, por força das prioridades, que vêm em função de cada Administração, no ano passado, nós realizamos apenas um comando integrado de fiscalização. Quando eu falo comando integrado de fiscalização, é aquele que é composto pelos nossos agentes vistoristas, nossos técnicos, nossa GCM, Polícia Militar, CET e, naquela oportunidade, nós tivemos também a participação do Procon Paulista, já que ele foi planejado em comum acordo com a nossa Secretaria de Governo Municipal.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Há alguma previsão de novas fiscalizações este ano, um planejamento em relação isso?

O SR. FERNANDO SALLES – Sim. Há planejamento para que assim o façamos. Se os senhores me permitem dizer, da última oportunidade em que nós aqui estivemos para a data de hoje, foram realizadas duas reuniões na nossa Secretaria de Governo com a participação de todos os departamentos envolvidos; cito aqui a minha Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo, representante do Procon Paulista com os nossos amigos do CET, e foi reforçada a seguinte situação: tendo em vista as novas diretrizes traçadas pela orientação normativa editada, ainda este ano, creio eu, pela minha Secretaria, pela edição, no final do ano passado, do novo decreto regulamentador da matéria, a Prefeitura deveria promover, através da nossa Secretaria, todo um planejamento no sentido de esclarecer as dúvidas dos munícipes que estariam sendo afetados após esses comandos, que é realmente um processo natural; na medida em que nós saímos à rua para fazer comandos, a demanda por informações no caminho da regularidade aumenta, e quando a gente pensa nesse sentido, as nossas praças de atendimento, ou seja, todas as praças de atendimento das Prefeituras Regionais devem estar preparadas para receber esses requerimentos, de preferência esses requerimentos todos padronizados, sabedores das taxas a serem pagas, dos prazos, e assim por diante. E esse planejamento se faz através da divulgação que normalmente é feita pela nossa Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo.

Então, o planejamento que eu procurei detalhar é nesse sentido: habilitar as portas de entrada da Prefeitura de tal forma que as pessoas interessadas em assim regularizar o seu serviço de *valet* possam fazê-lo de uma maneira rápida e tranquila.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Pela ordem, Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Primeiro, para agradecer aqui os dois representantes do Executivo, que é o Fernando Salles, Coordenador de Planejamento, e também a Márcia Maria de Araújo Borges, que estão presentes no dia de hoje aqui na CPI. Até para entrar no tema que V.Sa. está falando: quantos *valets* há na Prefeitura Regional, na jurisdição da

Prefeitura Regional de Pinheiros? Eu entendi que você falou que cinco são regulamentados. É isso? Quantos há no total?

O SR. FERNANDO SALLES – Então, Vereador, a gente não tem esses números. Em algumas reuniões em que nós participamos na Secretaria do Governo, nós tentamos, mas de uma maneira empírica, dimensionar isso. O que eu poderia dizer aos senhores é que a Prefeitura Regional de Pinheiros seria uma das mais..., uma das regiões onde mais abriga esse tipo de serviço, haja vista as últimas estatísticas de multas feitas, ou seja, nos últimos 13 anos, em que a Prefeitura Regional de Pinheiros se destaca nesse sentido. O que eu poderia afirmar, complementando a informação que eu dei, de que apenas cinco *valets service* estão regulares na nossa região, é que nós também possuímos aproximadamente 217 processos de ação fiscal, processos esses formados basicamente no ano de 2010, 2011, 2012, onde a incidência desses comandos foi bastante grande.

P – Esses 217 são da Prefeitura Regional de Pinheiros?

R – Processo de ação fiscal, aberto em comandos integrados de fiscalização, ou mesmo no atendimento das reclamações, SACs; ou seja, todas as demandas que chegam aos nossos agentes vistoristas.

P – E com base nessas informações, vocês teriam uma estimativa – é o que eu queria saber – de quantos há na região? Porque tem uma abrangência muito grande, aquela região. E pelo poder econômico daquela região, subentende-se que há muitos *valets* naquela região. É por isso que eu insisto na pergunta, até para a gente saber de que forma é dada a fiscalização nos demais. Se só cinco foram regulamentados até o dia de hoje, então a gente entende... Por que cinco foram regulamentados, e tantos outros ainda não? Qual a dificuldade que há? Há uma dificuldade para poder?

Eu dei uma olhada no decreto que foi publicado, até para eu entender um pouco melhor, e tem algumas exigências. Quem veio aqui na última reunião, no meu ponto de vista, faltou com a verdade, porque leu o termo de compromisso, falou algumas coisas, e eu fui ler o

decreto que está lá, e não é bem assim, daquela forma: tem responsabilidade sim. Eu não estou dizendo no caso de vocês, estamos apenas começando agora...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O senhor lembra de algum ponto em especial, Vereador?

O SR. SENIVAL MOURA – Eu lembro, depois vou falar sobre isso, Presidenta. Eu lembro e vou falar sobre isso. Porque falaram que eles não têm como fiscalizar *etc.* e tal, e no decreto, eu li, tem divergência com o que eles falaram naquela oportunidade. Está certo? É por isso que eu estou perguntando.

Então, se tem cerca de 200 ações de atuações dos fiscais, então vocês devem ter uma estimativa de quantos há na região, pelo menos aproximada; uma estimativa. Era isso que eu queria entender.

R – Bom, sobre a pergunta que o senhor nos faz diretamente, trabalhar com expectativa sempre dá um pouquinho de receio da gente. Mas, como eu disse, em algumas reuniões que nós fizemos conjuntamente aos outros departamentos envolvidos, traçou-se uma perspectiva de, na região de Pinheiros como um todo – é uma região bastante abastecida por serviços de restaurante, que são os principais consumidores desse serviço -, nós imaginamos por volta de 700, 800 locais aonde são oferecidos esses serviços de *valet*, sem esquecer que em muitos eventos que também acontecem na cidade, o serviço de *valet* está presente.

Com relação a eventuais falas, Vereador, equivocadas, eu gostaria aqui de retificar uma informação que eu dei. Na última audiência, eu havia dito sobre a ação que o agente vistor exerce no primeiro momento em que ele se depara com um estabelecimento que não possui serviços de *valets*. A função do agente vistor é notificá-lo, ou seja, notifica o proprietário do estabelecimento comercial, o responsável pelo serviço de *valet*, concedendo o prazo de 30 dias para que ele assim o faça. Decorrido esse prazo, os respectivos intimados estarão sujeitos à penalidade legal. Isso eu gostaria de retificar.

O SR. SENIVAL MOURA – Okay, Presidenta. Estou contemplado com a resposta,

porque inclusive foi coisa que eu observei, e ficou claro, tá certo? Então, o que eu acho, primeiro, qualquer um que seja, comerciante ou quem quer que seja, eu acho que o cara tem que ter oportunidade para poder ser notificado, ter prazo para poder fazer a defesa e depois disso, aí sim, no caso, não quer se regulamentar, aí sim, ser multado.

Agora, tem que também combater a ação, se o cara não quer se regulamentar, tem que ser combatida a ação, porque não é possível ter 700 e só cinco serem regulamentados e trabalharem da mesma forma, sendo que tem uma legislação que exige a regulamentação. Nós precisamos saber a responsabilidade, que também está bem expressa no decreto, de quem é a responsabilidade também.

Então, eu acho que uma CPI é para a gente entender isso aí, de darmos a oportunidade de todos se regulamentarem. Acho que é isso, a minha ideia não é nem aqui questionar a atuação de fiscal, nem de coordenador, nem de nada. Mas, eu acho que se tem uma CPI em curso, nós temos que fazer com que essa CPI traga resultado para a Cidade. E o resultado é o quê? Fazer com que a cidade receba aquilo que é de direito dela, que são os impostos que têm que ser pagos, que é outra coisa que... Se têm 700 funcionando irregularmente, 700 a 800, que é mais ou menos o que você disse, a Cidade perde uma receita muito grande. Eu acho que perde.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem, então, até em cima do que foi falado pelo Vereador Senival, se houve uma informação indevida na semana passada, uma vez que é lido o Termo de Compromisso da pessoa e a pessoa passa a informação errada, isso deve ser também investigado. Então, seria importante, eu pediria a nossa assessoria para fazer o levantamento do que foi comentado na última reunião nossa da CPI, para que, então, essas pessoas sejam novamente convocadas a prestar esclarecimentos sobre isso, porque não pode haver informação desencontrada.

O SR. SENIVAL MOURA – Como eu que falei e eu que li e conforme o que eu entendi, eu não vou fazer aqui um cavalo de batalha disso. Só disse que as pessoas que

vieram naquela oportunidade, no meu ponto de vista, em alguns pontos faltaram com a verdade. Está certo?

O SR. ANDRÉ SANTOS – Sim, mas que já que ele está aqui esclarecendo à população certas coisas e é levantada uma situação como essa, então, de alguma forma eu fico em dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu sugiro o seguinte, Vereador: eu pedi inclusive para antecipar, se for o caso, a taquigrafia, a publicação das Notas Taquigráficas, que inclusive ficarão disponíveis sempre no *site* da CPI. De praxe, todos os documentos que forem obtidos, produzidos pela CPI, ficarão disponíveis num *link* próprio, na página da Câmara Municipal de São Paulo, inclusive as Notas Taquigráficas.

Nos procedimentos normais demoram um certo tempo para ficarem prontas, porque não são utilizadas antes da publicação do Relatório propriamente. No nosso caso, a gente pediu, claro que se houver dificuldades na Casa, também não é caso para tanto. Mas, a gente já pediu para que a Taquigrafia seja antecipada e aí, Vereador, a sua assessoria pode examinar exatamente o que foi dito na última reunião, que possa precisar de uma correção ou de um esclarecimento adicional.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Sim, até para que a pessoa de repente foi citada aqui possa ter a oportunidade de se defender também, por isso a minha dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sim, claro, por isso a minha preocupação. A gente precisa saber aonde é que foi, aqui já foi feita uma correção, que no ato da fiscalização é emitida uma notificação para a correção de eventuais irregularidades e aí depois de 30 dias, então, é que pode ser aplicada a multa e dobrada, em caso de reincidência. O senhor vai falar mais alguma coisa agora, Vereador?

O SR. SENIVAL MOURA – Não, não. Estou contemplado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Quando foi a última ação de fiscalização *in loco*?

O SR. FERNANDO SALLES – Então, eu citei o Comando Integrado de Fiscalização, porque foi o grande, digamos assim, acontecimento que diz respeito à matéria aqui tratada. Mas, o Comando Integrado de Fiscalização não prejudica a fiscalização pontual que cada um dos agentes vistoros faz nos seus respectivos setores, em função das demandas que a eles chegam no seu dia a dia.

P – Esse Comando, quando foi o último? Desculpa, eu sei que o senhor já falou, mas só para eu me lembrar.

R – Olha, ressaltar de engano meu, foi outubro ou novembro do ano passado.

P – E, feito esse último comando, teve um retorno ao mesmo lugar? Para fiscalizar os mesmos serviços, já que em caso de notificação, tem o prazo para tomar as providências e é cabível verificar uma reincidência, se depois de 30 dias continuar tendo o mesmo problema. Vocês tiveram esse retorno? Você se lembra disso?

R – Então, Vereadora, eu aproveito o ensejo para complementar a pergunta feita pelo Vereador Senival Moura, que fez uma citação dos principais pontos que foram alterados no decreto regulamentador...

P – Em dezembro?

R – Então, começando pela pergunta da senhora, o retorno do agente vistor aos locais aonde foram vistoriados em Comando Integrado, digamos que ele ficou sobrestado, tendo em vista que a própria Municipalidade estava num processo de melhoria das condições de fornecimento desse documento ao cidadão. Se é que aqui eu posso citar alguns pontos que entravavam sobremaneira os pedidos, era um aspecto ligado à exigência de que ambas as partes ou todas as partes envolvidas no estabelecimento comercial e o estacionamento teriam que ter Licença de Funcionamento. Esse era um entrave muito grande para que todos pedissem assim e pudesse tramitar, não é Marcia?

E uma outra coisa: as pessoas que estavam licenciadas, todo ano, quando elas iam renovar a sua taxa de pagamento reclamavam muito, porque a fórmula aplicada, que se baseia

no valor do PGV, ou seja, o valor do metro quadrado aonde ela trabalha, aonde ela atua, era bastante significativo. E as premissas principais que conduziram a operação do decreto foram essas, além de se prever a criação de um sistema, aonde o cidadão poderia consultar os locais que colocavam à disposição da sua clientela um serviço de *valet* licenciado pela Municipalidade.

Então, o nosso retorno não seria, digamos assim, até prudente, porque a própria Prefeitura estava fazendo as alterações de tal forma a poder facilitar esses procedimentos aos cidadãos, processo esse que imaginamos esteja quase que finalizando. Vai possibilitar, em breve tempo, à gente, divulgar e poder convidá-los a participar dessa nova ação fiscal.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ótimo. Então, existem os comandos, claro, ações especiais com outra intensidade, das quais a CPI certamente vai participar também nas próximas ocasiões. E como o senhor falou, existem, claro, as ações individuais dos agentes vistores, que têm as suas atribuições corriqueiras. Existem Prefeituras Regionais em que *valet* praticamente não existe ou talvez não haja mesmo e em outras, como é o caso de Pinheiros, em que é um serviço muito numeroso.

A minha pergunta é a seguinte: existe algum tipo de – talvez caiba mais para a Márcia até – planejamento, de organização, de padrão da atuação dos agentes vistores ou cada um tem a possibilidade de organizar a sua própria agenda de idas a campo? Existe um roteiro, uma exigência mínima ou depende muito do caso?

R – Desculpa, Vereadora, como a Márcia é nossa Supervisora de Licenciamento, talvez o domínio dela diz que diga respeito mais a como licenciar.

P – Certo. É.

R – Dentro da coordenadoria, como nós temos a Supervisão de Fiscalização, eu me proponho a tentar responder a inquirição que a senhora nos faz. Primeiro lugar, lembrar que hoje os procedimentos que dizem respeito à atuação dos agentes vistores estão padronizados sim. O nosso agente vistor hoje quando sai às ruas, ele trabalha com um *tablet*.

Todo o sistema do *tablet* é gerenciado por um sistema, SGF - Sistema Geral de Fiscalização -, que faz parte de um grande planejamento da informatização de todos os procedimentos fiscalizatórios.

Então, essa padronização já existe, ou seja, o agente vistor se deparando com uma determinada demanda especificamente de *valet* onde não é apresentado esse respectivo documento, através do *valet* ele emite essas notificações, as figuras envolvidas de maneira padronizada, tanto que esse tipo de controle hoje pode ser, é né João, ele é gerenciado pela Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais.

P – Então, imagino que tenha uma tela específica para fiscalização da Lei do *Valet*. Como funciona isso no *tablet*? Deve ter um formulário e ele vai ticando, preenchendo.

R – Exatamente. O agente vistor no seu *tablet* seleciona os assuntos - cada um deles está ligado a uma legislação - e aí dando as especificidades da demanda daquilo que ele está fiscalizando o próprio *tablet* apresenta, por exemplo, modelo de notificação, modelo de multa, por isso que a gente considera uma padronização.

É também um sistema de controle que a nossa Secretaria exerce sobre a atuação dos agentes vistor na Cidade como um todo.

P - O controle se dá na forma daquilo que é alimentado no sistema, certo?

R – Sim.

P – Então, não existe um controle prévio no sentido de organização do trabalho? Vamos supor, você tem ali um quadrilátero da Vila Madalena; Aspicuelta, Fradique, Morato; enfim, existe uma rotina de vistoria? Existe uma programação da organização do trabalho ou cada agente vistor tem a liberdade de montar a sua própria agenda de fiscalização?

R – Então, como a gente já disse aqui, hoje, assim como o agente vistor trabalha através do sistema *tablet*, ele também recebe por esse mesmo sistema todas as demandas ligadas ao seu setor, certo? Então, ele pode estipular dentro dessa padronização já estipulada a rotina do seu trabalho, as prioridades.

Quando a Vereadora me pergunta sobre o planejamento de um local, por exemplo, aqui citado a Vila Madalena, cabe normalmente à chefia, a alta administração, perceber essa alta demanda, por exemplo, serviço de *valets* estão dando muito problema na Vila Madalena, há necessidade de que a gente junte esforços de tal forma a fazer um comando e tentar fiscalizar ao máximo esse tipo de situação. Aí sim é planejada toda uma sustentação administrativa, por exemplo, às vezes, o auxílio de força policial seja da Polícia Militar, seja da GCM ou outros órgãos integrados que podem aumentar a eficácia dessa ação e, como já disse aqui, repercutir de tal forma que o fato de nós termos feito um comando integrado repercute nas outras imediações, outros locais onde incidam esse tipo de situação.

P – Quer dizer, não existe uma norma escrita, não existe uma portaria ou um decreto ou mesmo POP que diga de tanto em tanto tempo o agente vistor deverá percorrer tais e tais ruas, isso não existe? Cada Prefeitura Regional pode ou não organizar o seu calendário nesse sentido?

R – No sentido de comando sim, mas também especificando um pouquinho mais a funcionalidade no *tablet*, toda a demanda que o agente vistor coloca no tablete o sistema o cobra decorrido o prazo concedido.

P - Eu vou pedir para a assessoria elaborar um requerimento e, claro, vai depender da aprovação dos Vereadores, mas para a gente ter acesso a esse formulário, essa tela do *tablet* que diz respeito ao *check list* da fiscalização *in loco*.

O Vereador, acho que pediu a palavra...

O SR. ANDRÉ SANTOS – Em cima disso eu fiquei preocupado porque - não que seja o caso de vocês específico - eu já ouvi muitos casos de denúncias de fiscais que ficam ali espremendo um determinado estabelecimento para de alguma forma – claro que isso não acontece com todos -, mas de alguma forma ter alguns benefícios especiais. Então se não há uma cobrança de que periodicamente vai a todos, tendo uma organização, não há um risco - até essa é a pergunta que gostaria de fazer – não há um risco de haver uma injustiça uma vez

que um está sendo mais inspecionado e outro menos? É a pergunta que eu gostaria de deixar aqui.

R – Então, Vereador, o senhor deve imaginar, todos devem imaginar que normalmente a presença do agente vistor cobrando uma situação que pode ser cobrada de muitos outros, isso normalmente é exposto pelo munícipe: por que você está vindo ao meu estabelecimento? Como eu disse, hoje, o nosso agente vistor, até por força do número de agente vistor ser incompatível com a demanda que a Cidade possui, ser justificado como explicação, como elucidação ao munícipe: “olha, eu estou atendendo uma demanda, houve uma reclamação do serviço que o senhor presta”. Ok? Então, o pressuposto da presença do agente vistor hoje em quase que 100% dos casos é uma demanda que o levou até aquele local. Entendeu? É lógico que existem afirmações das mais diversas naturezas, mas ele é levado normalmente por uma demanda específica que a ele chegou.

E reforço: essa rotina de cobrança é feita pelo próprio sistema, do retorno que o agente vistor deu, ou seja, ele foi lá, intimou, concedeu o prazo, passado um determinado tempo o próprio sistema que existe no *tablet* cobra, não somente a Lei de *Valet*, toda a gama de legislação que o agente vistor trabalha; uso e ocupação do solo, licença de funcionamento, obras irregulares. Toda a gama de ações que ele pratica volta automaticamente pelo seu *tablet*.

O SR. SENIVAL MOURA – Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vereador.

O SR. SENIVAL MOURA – Vossa Senhoria disse o seguinte: em 2017, em razão de outras prioridades, reduziu-se a atuação da fiscalização. O senhor poderia informar quais foram essas prioridades? Essa seria uma das perguntas. Quais foram as prioridades?

Posteriormente, o senhor poderia enviar à CPI o volume de multas aplicadas? A fiscalização dos anos 2015, 2016 e 2017?

O SR. FERNANDO SALLES – Se o senhor me permite, eu vou dar da última

pergunta para as primeiras.

O SR. SENIVAL MOURA – Tá.

R - Como eu disse, o controle de toda a produtividade fiscal, que hoje é feita no Município de São Paulo, ela tem o gerenciamento de nossa Secretaria. Então, não querendo isentar as produtividades referentes a Pinheiros, mas talvez fosse bastante interessante a nossa Secretaria poder auxiliar a CPI, não é João, nesse sentido. Ou seja, trazer, através desse relatório do sistema de gerenciamento de fiscalização, a produtividade que é feita em cima especificamente da Lei de *Valet*. Ok?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu já peço à Assessoria que redija esse requerimento.

R – Uma outra solicitação que o senhor nos faz é, tendo em vista que apenas uma vez a Prefeitura de Pinheiros fez um comando, quais são os principais comandos que são feitos em Pinheiros? Pinheiros é uma região com alta incidência de bares e restaurantes e o número de reclamações no funcionamento, no atendimento das posturas desse estabelecimento, estão cada vez maiores, no sentido de verificar as suas posturas, com relação à licença de funcionamento, se ele possui mesas e cadeiras, a Lei do Silêncio. Então, esse é um dos assuntos em que mais nos esforçamos em procurar atender a população.

Apesar de ser uma região onde o grau de licenciamento das atividades é extremamente grande, ou seja, as obras normalmente são aprovadas, com projeto aprovado, o número de reclamações também é muito grande. Então, essa é uma das prioridades que nós temos em nossa Prefeitura Regional. Mas reforço... E, ah, não... e uma outra situação também bastante relevante é que cada vez mais, perante os comerciantes e perante a população, a tolerância com relação a ambulantes é cada vez menor. E o número de ambulantes aumentou bastante em função de tudo que nós assistimos a nível econômico. Então, muita gente foi na rua procurar o seu sustento, de maneira irregular. Então, a reclamação sobre a atuação de ambulantes é muito grande. Então, todo final de semana nós temos comandos nesse sentido:

em bares e restaurantes para vermos as suas posturas, nos ambulantes, e também as questões de uso e ocupação do solo, falta de licença de funcionamento e questões edilícias. Essas, normalmente, são as prioridades que foram colocadas pela alta administração.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sr. Fernando, o senhor sabe dizer quantos agentes vistores atuam na Prefeitura Regional de Pinheiros? Quantos, realmente, estão em atividade, não afastados, licenciados por alguma razão, e qual é a jornada e o período de trabalho deles?

O SR. FERNANDO SALLES – Eu vou fazer uma ressalva, para não dar informação equivocada, mas, se não me falhe a memória, nós temos 13 agentes vistores atuando na Prefeitura Regional de Pinheiros. Todas as prefeituras regionais, no momento, elas são divididas em setores e lá, a Prefeitura Regional de Pinheiros, ela possui 29 setores. Ou seja, existe uma sobrecarga de área a ser fiscalizada, sem contar o número de legislações, às quais estão incumbidas ao agente vistor fiscalizar. A senhora fez mais uma pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Se todos os 13 estão ativos? Não estão afastados, licenciados por alguma razão, e as jornadas e períodos.

O SR. FERNANDO SALLES – Então, esse número é de agentes vistores ativos. A jornada do agente vistor, ela se constitui da seguinte forma: ele tem de estar duas horas na prefeitura regional para fazer o atendimento dos munícipes. Os demais... os demais períodos, digamos assim, são preenchidos através de suas vistorias nos respectivos locais aos quais eles são responsáveis. Especificamente em Pinheiros, e em muitas das prefeituras, nós procuramos dividir isso de tal forma que um grupo de agentes vistores esteja na parte da manhã e o outro na parte vespertina.

P – Quando o senhor diz “atendimento aos munícipes”, é para receber reclamações? É para fazer esclarecimentos?

R – Fazer tudo aquilo que ele tem de fazer e que demande, por exemplo, acessar o sistema, jogar a sua produtividade, elaborar as multas, atender o munícipe, relatar chefias. Ou

seja, todo o serviço administrativo, né, que demanda a presença do agente vistor na prefeitura regional é feita nesse período mínimo, vou colocar como período mínimo, duas horas, porque, muitas vezes, em duas horas só os atendimentos consomem. Então, eles ficam, normalmente, um período inteiro e, depois, no outro período eles se dedicam a vistorias externas.

P – Em caso de vistoria à noite, fim de semana, feriado, tem um controle depois da compensação disso? Como é que vocês administram?

R – É uma compensação. Como eu disse, lá na Prefeitura Regional de Pinheiros, nós temos comando toda sexta e todo sábado e a única maneira de compensá-los é através de folga. Isso vale não somente para o agente vistor, mas para os nossos agentes de apreensão, por exemplo.

P – Você disse que são 29 setores de fiscalização?

R – Sim.

P – Setores quer dizer áreas geográficas ou tipos de...?

R – Áreas geográficas. Dentro do território de Pinheiros, nós fazemos demarcações procurando juntar características e tudo o mais, né, e incumbimos o respectivo agente vistor daqueles dois ou três setores e é ali que eles atuam. E nos comandos integrados de fiscalização, deixamos isso de lado, até para não carregar muito o agente vistor do setor, de uma espécie de perseguição que ele faça a determinados municípios, né. Então, os comandos integrados sofrem uma escala, né, que vai revezando na medida em que nós temos as necessidades.

P – O senhor se lembra de quantas são as posturas a serem fiscalizadas? Quantos tipos de fiscalização existem? Porque vai de feira livre, comércio ambulante...

- Manifestação fora do microfone - inaudível.

P – Eu vou pedir para que o senhor repita no microfone, então, para ficar registrado.

R – Então, usando do auxílio dos colegas que representam a nossa Secretaria, por

volta de 750 leis estão previstas a serem fiscalizadas na figura do agente vistor.

P – Setecentas e cinquenta leis.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

P - Entendi. Setecentas e cinquenta irregularidades diferentes são objeto da atenção dos agentes de fiscalização.

Eu acho que um dia, Vereador, precisamos propor a CPI das Irregularidades, porque com 750 irregularidades, que tipo de objetividade, de precisão, de organização, de eficácia na fiscalização?

Se o senhor puder, então, vir aqui, se identificar e ler o Termo de Compromisso, facilita. Aí, a sua resposta vai em primeira mão para os autos. Não precisaremos repeti-la.

Então, eu peço, por favor, que o senhor se identifique.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Sou João Floriano Faustino. Sou Agente Vistor e trabalho na Secretaria das Prefeituras Regionais e eu faço o desenvolvimento do sistema..., do SGF – Sistema de Gerenciamento da Fiscalização -, que o Fernando está falando.

E, leio antes ou?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu preciso que o senhor leia.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – “Eu, João Floriano Faustino, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo (Processo RDP nº 08-00056/2017), comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Pode falar.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Então, o sistema de gerenciamento de fiscalização foi um divisor de águas. Antes toda essa gama de legislação e regularidade o

agente vistor tinha de saber na cabeça. Tinha de sair para a rua com a pilha de processos para fiscalizar, leis e modelos de auto de multa, intimação, interdição, tudo.

Então ele tinha de saber, não podia... Vacilar diante do suposto infrator, senão ele acaba sendo engolido. Então muitas das vezes ele chegava no local, não conseguia lembrar da fiscalização, qual era o cálculo da multa, qual o artigo que era infringido e tinha que retornar para a fiscalização, para o setor de fiscalização, fazer uma pesquisa e retornar um ou dois dias depois no local.

Hoje toda essa fiscalização foi condensada num sistema que a gente tem no modo de legislação e está, como o Fernando falou, fica disponível no *tablet* e a partir de uma irregularidade nessa gama de 740 irregularidades, ele escolhe aquela irregularidade e o sistema direciona, como foi bem falado pelo Fernando, todas as etapas que ele faz em campo.

— Ou seja, antes cada um decidia, chegava lá, acho que é uma intimação. O outro não, eu aplico a multa. Então hoje não é assim, o sistema foi para direcionar conforme a legislação. Ele chegou lá o sistema fala: aqui é uma intimação daqui 30 dias, se não atender, vem uma multa. Não, aqui é uma multa e uma intimação, o sistema emite os dois sem a possibilidade de ele excluir qualquer uma das autuações. Então o sistema funciona dessa forma.

E complementando o que o Fernando falou, o sistema SGF também quando o munícipe entra no siga RC, que é o antigo SAC, 156, faz uma reclamação, o próprio sistema já faz toda a consistência daqueles dados e manda para um agente vistor daquele setor, desde que tenha sido feita toda reclamação de acordo. E vai para o sistema SGF e lá tem um sistema de administração que ninguém apaga aquilo que foi denunciado. E ele vai para uma lista de tarefas para o agente vistor, ele escolhe e faz a sua programação do dia e vai a campo.

E tem outra funcionalidade, que aí fica a cargo do supervisor de fiscalização fazer comandos de fiscalização também pelo sistema. Ele vai programando o sistema, faz um comando e o sistema identifica, aí ele vai em determinada região fazer *valet*, por exemplo,

determinar rua ou região, o sistema faz uma varredura nessas denúncias e vê se tem alguma denúncia para ele também já fazer durante o comando. E isso vai tudo para o *tablet* dele e ele faz em campo a fiscalização.

O SR. ANDRÉ SANTOS - Em cima disso aí tem alguém que faz a... Que vive fazendo a atualização do que foi feito, do que não foi feito, do que está correto, do que não está correto. Esse sistema aí.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Ele volta para o sistema e o sistema que controla os prazos e também tem a função do supervisor e do chefe de unidade também ver se tem algum auto que o sistema recusou, ou anular ou cancelar e fazer uma nova programação para o agente vistor retornar para o local.

O sistema, diferente de quando você trabalha manualmente, ele controla o prazo, como o Fernando falou. Se há uma intimação que é para daqui 30 dias, eu retornar no local e der uma autuação, uma multa no caso ou uma apreensão, o sistema avisa ele. Só que tem algumas irregularidades como a gente estava falando que são assim prioritárias, por exemplo, a grande maioria, o agente vistor seleciona para trabalhar na sua área, mas quando vem de Ministério Público, Ouvidoria, ele não tem a possibilidade de selecionar. O sistema já encaminha com data marcada para ele autuar, para ele fazer a fiscalização. E se ele der algum motivo, ah, não consegui fazer essa autuação, ele é obrigado a registrar no sistema. Isso volta e fica registrado no sistema com o motivo que ele não realizou.

Então não tem... Cadastrado no sistema não tem possibilidade de alguém apagar. Mesmo que for cancelado ou teve algum auto emitido errôneo, ele fica no sistema gravado hoje. Antes eu pegava um formulário de multa e passava para outra pessoa que ia cadastrar no sistema. Essa outra pessoa poderia errar, ele falou artigo um e pôs lá artigo dois. Aí esse auto de multa era cancelado. Hoje não tem essa possibilidade. Ele é de constatação, basicamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Certo. Tem algumas perguntas. O senhor disse que hoje quando um munícipe faz uma reclamação via sistema, como é o nome

agora do antigo SAC?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – SIG RC.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – SIG RC. Então o munícipe faz a reclamação no SIG RC ou a denúncia e o sistema já envia para o agente vistor encarregado. É isso?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Isso. Passa, se estiver tudo certinho, ele vai para o agente vistor. E as prefeituras regionais, como o Fernando falou, têm... São parametrizadas também no sistema. Navega um conjunto de ST que a gente chama região, ele identifica qual é aquele ST, quem é o agente vistor responsável e manda para a tela inicial dele. Quando ele entra no sistema vê a relação de tudo o que veio para ele.

Se nesse intervalo que a pessoa reclamou lá e não pôs o número. Então pelo número da casa dele não dá para identificar qual é o SQL dele. Então fica pendente com ou o supervisor ou o próprio agente vistor ir lá e identificar qual é o SQL para ele criar uma demanda.

E tem também uma funcionalidade no sistema se, por exemplo, cinco ou seis pessoas fizerem uma reclamação para o mesmo local, antes ele ia cinco vezes ou ia cinco para cada agente vistor diferente. Hoje não. Ele agrupa e transforma numa demanda e num único atendimento. E feito o atendimento, ele também tem uma parametrização que manda um retorno automático para o SIG RC que vai avisar o denunciante e o que foi feito naquela data.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Certo. Então os agentes são divididos por setor geográfico. Então cada um deles tem as mesmas atribuições de fiscalizar qualquer uma das 740...

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – É isso. Tem uma diferença às vezes de prefeituras. Tem algumas prefeituras que tem um agente vistor só para NPL, por exemplo. Então o sistema possibilita esse se a gente fala de especialista. E outros trabalham no seu setor, exceto se pede que vá para aquele agente vistor. Ou o agente vistor pode ter uma região

e ser especialista também. Então ele é flexível.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E quando tem o prazo, o estabelecimento tem 30 dias para tomar uma determinada providência, isso fica registrado. O alerta vem no sistema na tela do agente vistor?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – É. Alguns já vão direto para o *tablete*, quando é situação de risco. Por exemplo, a gente interditou um estabelecimento, então não dá... Uma edificação que está com risco, ruína, pode cair. Então isso todo dia vem no *tablet* dele para ele retornar lá para ver se foi desocupado ou não. O embargo de obra também é uma situação de emergência, ele vai para o *tablete*. Outros, ele tem que entrar na programação do dia dele. Por quê? Como Pinheiros e Sé é onde tem mais agente vistor – tem outras prefeituras que têm três ou quatro agentes vistoros. Então imaginem se tudo retornasse para o *tablet* dele; ele não ia conseguir. Então as prioridades vêm, e vem outro conjunto, que é selecionado para eles fazerem também.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu já quero pedir o esboço de outros requerimentos para a gente aprovar aqui. O número de agentes vistoros por subprefeitura. Outro requerimento: a relação completa, por favor, dessas irregularidades todas que um agente vistor tem atribuição de fiscalizar.

Falando aqui, claro, sobre Pinheiros, o senhor diria que a Prefeitura tem computadores em quantidade suficiente para o bom desempenho das atividades dos agentes vistoros?

O SR. FERNANDO SALLES – Não, Vereadora. Atualmente?

P – Sim, por favor.

R – Eu vou falar pela minha prefeitura regional.

- Manifestação fora do microfone.

P – Então, sobre computadores...?

R – Não, não.

P – O senhor sabe dizer exatamente quantos computadores a gente tem à disposição desses agentes vistores? Eles têm que se revezar na máquina?

R – Na sala da minha fiscalização?

P – Isso.

R – Como eu disse, nós temos 13 agentes vistores, 29 setores, e eu tenho 4 computadores funcionando, disponíveis aos agentes vistores.

P – E como é que vocês fazem? Combina o horário?

R – Justamente por isso é que, por exemplo, tem um pessoal que trabalha na parte da manhã e um pessoal na parte da tarde. Então, na medida do possível, a gente tenta se organizar de tal forma que a situação ideal seria um computador para cada agente vistor, até por força de todas as incumbências que a eles são designadas, e a produtividade dele vem em função disso, de todos os relatórios que eles fazem, dos trabalhos externos, dos plantões. Isso tem que ser jogado no sistema, para que ele possa recebê-lo.

P – Ele consegue fazer isso remotamente, com usuário e senha, ou tem que ser no computador da Prefeitura? Vamos supor, se ele quiser fazer o trabalho dele de fora, de outro lugar, de casa, isso é possível?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Porque é intranet, então é só nos computadores da Prefeitura. Agora, o *tablet*, para trabalhar em campo, é com chip da internet e trabalha em qualquer ponto ou no *wifi*.

P – E cada um tem o seu *tablet*?

R – Sim.

P – E eles têm reclamações quanto à rede, acesso à rede? Acho que em Pinheiros, não; mas no M^oBoi... Nós e as antenas.

O SR. FERNANDO SALLES – De modo geral, como o sistema ainda não está totalmente consolidado... Mas acho que o João pode falar um pouco mais sobre isso.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – É assim: para eu trabalhar quando...

Basicamente é assim: ele fez lá o cadastramento da solicitação no *desktop*, no computador, e isso ele faz um sincronismo para o *tablet*. Para esse sincronismo é que ele precisa ou do chip da internet ou do wifi da prefeitura regional. Quando ele está em campo, pode ser lá em Parelheiros, eles trabalham *off-line*, porque está toda a legislação, e tudo o que ele tem que fazer, no *tablet*. Mesmo que ele faça uma fiscalização de ofício, que seria o flagrante, que o sistema não elimina esse dever de ofício dele, de pegar um flagrante, já tem toda a fiscalização, ele entra no fluxo e faz. Feita a fiscalização, ele tem que fazer um sincronismo para encaminhar de volta à fiscalização. Aí, sim, precisa do ponto de rede... Desculpe, o sinal de internet ou um wifi. Mas, para trabalhar, é *off-line*.

P – Qual é a idade dos *tablets*? Assim, o pessoal reclama que eles já estão...

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – É...

O SR. FERNANDO SALLES – Ultrapassados.

O SR. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Envelhecendo.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – A informática é dinâmica. Esse *tablet* já faz uns dois anos... em média, uns dois anos, que eles foram comprados antes do sistema porque já tinha que ter os *tablets* para poder implantar o sistema, senão não tinha como. E hoje já foi tudo distribuído. Mas já se pensa em novas tecnologias, porque eu ando com o *tablet* e uma impressora ao lado. O *tablet* é leve, a impressora é muito pesada e incomoda. Mas, pela praticidade de imprimir o documento já na hora, então... O pessoal reclama do peso e do tipo de impressora, que ela é muito grande.

P – Esse *tablet* é um *tablet* específico da fiscalização ou é um *tablet* comum alimentado com o programa da fiscalização?

R – Exatamente.

P – É um *tablet* comum?

R – É.

P – Vocês recebem comentários dos próprios agentes vistoristas a respeito do

equipamento? Eles têm observações? Existe, dentro da Prefeitura, esse fluxo de receber o retorno deles do equipamento que eles estão usando, do sistema?

R - Sim, a gente tem a nossa equipe do SGF, que é uma equipe que faz as melhorias no sistema e na forma de utilizar os equipamentos. Entre aspas, as reclamações vão mais por conta do peso da impressora, que você tem que andar com o *tablet* na mão, mas a impressora tem que pôr um cinto, dependendo de onde põe, e sai uma impressão igual a da conta de luz da Sabesp, sendo que foram feitas dois tipos de compra de impressora. A primeira, que era uma marca que não dá para eu falar o nome, a impressão era mais nítida. Na última compra, ela ficou um pouco... não desfocada, mas menos nítida. Então essa foi uma das reclamações dos agentes vistoros. Mas isso é troca de tecnologia. A gente passa isso para a secretaria.

P – Para que a gente não precisasse mais de uma impressora, o que precisaria, o que poderia ser feito? Porque eu imagino que a impressão é para o proprietário do estabelecimento, para a pessoa autuada ter uma cópia daquilo.

R – Sim, é. Quando, naquela fase que eu falei, que a gente imprime a multa e sincroniza, ele manda também um pdf daquela multa para o sistema; então não precisa mais eu ir a uma outra unidade entregar uma via para cada ação. Então ela fica armazenada no sistema. E isso é mudança na legislação, algum projeto de lei, porque a gente é obrigado a dar uma cópia para ele. E se não houvesse essa obrigatoriedade, ele ficaria no sistema disponível... O que eu queria entrar é que logo... mais ou menos em outubro, pode até tardar um pouco, vai ter o que a chama de Portal da Fiscalização. Então toda pessoa que foi autuada pode entrar nesse portal e ver todas as multas de interdição, embargo, que foram lavradas contra ela. Ela pode até imprimir e entrar com requerimento para defesa, ou emitir uma segunda via. Então a gente pensava numa forma que até existe na fiscalização tributária. Se uma pessoa... Aí seria espontaneidade, né? A pessoa dá o seu *email*, e a gente, em vez de imprimir, mandar para o *email* dele todas as autuações. Mas isso tem que ser uma mudança

legislativa porque não dá para a gente obrigar a isso.

P – É.

R – É uma coisa que a gente... Isso é bem jurídico. Porque eu lavro a multa, e a gente chama de pré-multa, porque, uma vez cadastrado, o sistema vai mandar um código de barras que se chama NR, e é justamente esse NR que é a própria multa. Aí que ela vai ter o direito de pagar ou entrar com defesa. Então a gente pensa, no futuro, em acabar com essa pré-multa.

P – Exatamente.

R – Valer só a NR. Mas, para isso, tem que ter...

P – Então é a lei quem obriga que a pessoa receba ali algum comprovante impresso da pré-multa?

R – É, porque ela tem que assinar, receber a sua via. Mas, no *tablet*, tem outra funcionalidade, que a pessoa assina no próprio *tablet*. Então armazena a assinatura, armazena tudo, está no sistema. Então não daria nem, entre aspas, para alegar que não recebeu, porque a assinatura dela está lá. Aí, uma lógica que teria que ter uma legislação, valeria a NR desde que... a NR só é válida se o endereço que a pessoa forneceu para receber a multa em casa é um endereço válido, porque os Correios são vão se o CEP for verdadeiro e num local em que os Correios entrem.

P - E se hoje não for correto o endereço fornecido para receber a multa, o que acontece?

R – A multa é devolvida para a Prefeitura. Aí a gente tem que identificar qual é o endereço correto para os Correios poderem retornar. Enquanto não tiver um... que eles têm um código lá que a Prodam fala, e a Jud fala, que é *lote de entrega*. Enquanto não tiver esse número de lote de entrega, que é o que os Correios entregaram aquele lote, de auto de multa, ele não vai para a cobrança executiva. Mas, se a pessoa pagar, é uma história. Agora, para a cobrança executiva, que é lá em Jud, em dívida ativa, tem que ter dois requisitos: esse lote de

entrega, que a pessoa realmente recebeu a NR; e ter o CPF e o CNPJ, que é uma das outras coisas que é um entrave na fiscalização. Muitos dos casos a gente não consegue lavrar multa porque você não consegue identificar qual é o CNPJ de determinada empresa ou CPF de determinada pessoa, porque podem se recusar a entregar. E se a gente não estiver com a GCM ou PM, você não consegue levar ele para uma delegacia para ele ser identificado. E a gente... Já que é um dos problemas de que os agentes vistoros reclamam, eles querem e eles são cobrados depois, porque, se não puser o CPF, a multa volta e ele tem que correr atrás, senão ele pode ser responsabilizado. E o sistema, hoje, não está atravancando a fiscalização, ele deixa fazer a multa sem o CPF, aí depois tem que fazer uma pesquisa no sistema e colocar o CPF. Então a gente tentou fazer um pedido para a Secretaria da Fazenda, porque eles têm acesso aos bancos de dados da Receita, mas só que esse acesso fornecido pela Receita é só para fins tributários. Então a gente tem essa dificuldade de acesso aos bancos de dados que possam identificar um CPF e um CNPJ de um infrator. Essa é uma das dificuldades da fiscalização em campo.

P – Quer dizer, a pessoa pode se recusar a informar o CPF?

R- É, porque nós não temos o poder de polícia de pegar, levar: “Ô, Fernando, vamos para a delegacia. Lá você vai ter que se identificar”. Então eu tenho que retornar, solicitar um apoio policial para ir lá e ele vai fazer... É por isso que esses comandos integrados são os que mais dão certo, porque, no momento, se ele não der para o agente vistor, ele vai dar para o PM ou para o GCM. Esses são alguns problemas que a gente tem, principalmente que ocorre em loteamento clandestino. Aquele pessoal lá no meio, vai o agente solicitar sozinho, lá, e a pessoa não se identifica, não.

P – Agora, hoje em dia, é possível a gente consegue descobrir um CPF e um CNPJ no Google. Se o agente vistor conseguir isso, ele pode informar lá.

R – Sim. Agora, pelo nome da pessoa, você não consegue.

P – Agora, se a pessoa forneceu um endereço errado, a gente não tem como saber

se foi de propósito ou foi sem querer, e a multa volta. Cabe uma segunda penalidade pelo fato de ter informado o endereço errado, não?

R – Não tem essa previsão.

P – Quer dizer, é fácil protelar e demorar para receber a multa, então. Eu informo errado e fica por isso mesmo.

R – É por isso que, hoje, o sistema da... esse SGF tem alguns requisitos que conseguem fornecer para o agente vistor em campo. Se eu tenho o SQL... Eu tenho o endereço ou eu tenho o SQL, ele vai no sistema legado, vê quem é o proprietário, o seu CPF ou CNPJ, e já automaticamente passa para o agente vistor em campo. Mas agora tem umas fiscalizações de postura. Por exemplo, peguei alguém jogando lixo em algum lugar, um entulho; e eu, o agente vistor, estou sozinho, aí fica complicado. Eu peço a identificação, mas se ele se recusar fica difícil para o agente vistor quando está lá sozinho. Esse é o problema.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vocês têm uma *bíblia* assim com todas essas orientações para o agente vistor. Como ele é preparado para lidar com essas 740 infrações e todas essas possibilidades? “Se você encontrar um munícipe e o munícipe se recusar, se identificar, faça isso, faça aquilo”. Qual é o tamanho disso?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Às vezes, é no dia a dia e na prática que a gente, se conversando, faz. Mas tem outros que têm alguns memorandos circulares que dão algumas orientações; e, de tempos em tempos, a gente tem treinamentos lá na Secretaria para determinar a postura, onde a gente reúne os agentes vistor e discute como fazer a fiscalização e damos um treinamento.

P – E a multa, se ela não for entregue pelo Correio, ela não tem o valor de multa propriamente?

R – Tem sim. A multa está lá lavrada, ela está que a gente chama “importada”, ela está no sistema. O que não tem é como fazer a cobrança executiva. Se a pessoa não pagar, aí vai para Jud de dívida ativa. Para acionar o Judiciário, tem que ter todos os dados, inclusive se

não tiver o CPF ou o CNPJ, eles recusam e devolvem para Jud, que devolve para o agente vistor fazer a pesquisa.

P – Mas se a pessoa não receber pelo Correio, ela pode alegar que ela não sabe que foi multada?

R – Pode. Mas, agora, tem umas legislações que não é em todas né, por exemplo, do MPL...

P – Do MPL é...

R – Tem outra que saiu há pouco tempo, desculpa, eu esqueci o nome. Mas a do MPL; é Muro, Passeio e Limpeza; a 15.442. Tem um artigo que fala: “multa encaminhada para endereço constante do cadastro fiscal é válida”. Então, nesse caso, mesmo que ela seja devolvida, ela é válida, porque se a pessoa não atualizou o seu cadastro... Então foi posto isso na lei para poder validar. Mas isso tem de estar escrito nessa lei e em mais uma que eu não me recordo o nome.

P – Existe previsão de enviar multa por *e-mail*?

R – Não. É disso que eu estava falando. Para isso, tinha que ter uma legislação específica. O sistema possibilita, tem um campo lá, é só um dia estar na lei e já está pronto.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Mas é falho também né, porque a pessoa pode alegar que não recebeu. Isso tem uma série de entraves aí, a questão do *e-mail*.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É, sempre vai ter, mas acho que menos do que um endereço físico, que depende do Correio, depende da caixa de correio, do...

O SR. ANDRÉ SANTOS – Acredito que tem que ter uma alternativa realmente porque, por exemplo, eu recebi uma vez uma multa que chegou para mim depois do prazo. Olha a complicação, porque o Correio atrasou.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O Vereador Senival ia falar alguma coisa?

O SR. SENIVAL MOURA – Na verdade, só ia comentar, na verdade. São 13

agentes vidores e 29 setores. Então, na média, é cada agente vistor, ele tem que fiscalizar 2,2 setores. A pergunta que faço e que eu quero sugerir que esteja no requerimento, Presidenta, é a seguinte: um agente vistor consegue fiscalizar quantos setores ao mesmo tempo ao mês, sei lá? Quantos setores? Porque são 29 setores e só 13 agentes vidores. Então eu queria entender, até para a gente ver o que nós podemos também orientar ao Executivo. Acho que a infraestrutura é muito precária. Vocês falaram aí, por exemplo, que são quatro computadores. É uma estrutura incompatível com o volume, o tamanho da Cidade. Eu queria entender um pouco melhor isso.

O SR. FERNANDO SALLES – Então, Vereador, Pinheiros possui 29 setores, 13 agentes vidores. A média dá 2,2, que não dá. Então tem agente vistor que tem dois, três, quatro setores. A rotina dele, toda a programação é em cima desses setores fixos, fixos. Existe sim um rodízio a cada um ano, dois anos, até para não ter vícios, porém ele estipula toda a rotina dele em cima daquela região. Dentro da região, como é que ele faz para fiscalizar? Dentro do princípio da formatação das Prefeituras Regionais, o meu Prefeito Regional, eu como Coordenador, ou seja, a alta administração pode priorizar os trabalhos, os serviços. Normalmente em todas as Prefeituras Regionais, ofício do Ministério Público, ofício judicial, Controladoria, Corregedoria, fazem parte das demandas que o agente vistor tem que dar conta; e dá conta. Atrás dessas demandas prioritárias, vêm as demais demandas, algumas que são estipuladas, por exemplo, pelo Prefeito Regional, outras estipuladas pela Secretaria, de tal forma que a gente vai procurando varrer todos os assuntos dentro das possibilidades materiais e humanas que nós temos.

O SR. SENIVAL MOURA – Presidenta, eu queria só perguntar ao Sr. João Floriano. O senhor falou de uma série de dificuldades que tem o agente vistor. Ele faz um trabalho enorme, um esforço, e o autor da irregularidade pode, no ato, se negar a fornecer qualquer documento. Ou seja, pode perder todo aquele serviço que o agente vistor fez. Para nós aqui, sem entender direito fica difícil a gente ter uma sugestão para melhorar o modelo de

fiscalização, sabendo também que o outro lado tem que ter o direito à defesa. Qual seria a sugestão que V. Sa. teria para poder facilitar, nesse caso, o serviço do agente vistor? Tem uma sugestão que seria razoável?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Eu só queria complementar o que eu estava falando da multa, que é a pergunta que a colega fez: além da multa ser cadastrada no sistema, também é publicado no *Diário Oficial* um edital de todas as multas que são aplicadas. Então é para a pessoa não alegar desconhecimento. Mas o problema está quando vai para a dívida ativa. Se não tiver todos os dados, o Judiciário devolve. Então, esse é um dos problemas para nós. O outro problema é o que a gente estava falando de ter a obrigatoriedade de coletar assinatura em determinados casos. Se eu já tenho o SQL da pessoa, a pessoa já é identificada no sistema, que aquele imóvel está irregular ou não tem um alvará, para que eu tenho que ir lá coletar o nome da pessoa, o RG, CPF e autuá-la? Porque já está no sistema. Bastaria fazer, mas isso é uma mudança legislativa, a gente cadastrar no sistema, e se a pessoa não pagasse isso viria junto com o IPTU, mas a Fazenda se recusa a fazer isso. Imagina: ele vai receber o IPTU e uma relação de multa para pagar junto no mesmo boleto, então eles não gostam quando a gente fale isso. Mas é a única forma de fazer com que a legislação seja cumprida. Se não tiver essas medidas, em certos casos, fica complicado a gente trabalhar. Aqui em Pinheiros, que eu saiba, não tem loteamento clandestino, mas, na periferia, se já foi feita – ou um dia fizerem – CPI dos loteamentos clandestinos, vão ver que é uma dificuldade imensa para você chegar e descobrir quem é o loteador, quem é o proprietário da área. Para a gente... Enquanto não descobrir tudo isso, você não consegue abrir uma ação fiscal contra o loteador e ele fica vendendo lotes, enganando o pessoal.

E a gente acaba fazendo o quê? Tendo que ir em cima do coitado que comprou aquilo, lá, sem saber o que estava comprando e a gente é obrigado a multar, embargar a obra dele, derrubar, fazer uma série de ações, mas o loteador que promoveu tudo isso é difícil. Não é difícil de pegar. A gente autua, mas é difícil, depois, essas multas também serem cobradas. É

uma dificuldade imensa chegar até ele e depois fazer a cobrança em Jud, fazer esse tipo de cobrança.

P – Voltando, aqui... É claro que tudo isso nos diz respeito. Afinal, é o mesmo agente vistor que vai lá tratar de *valets* e de loteamento irregular, quando é o caso de coincidir. Quem mais tem acesso, ou quem mais recebe essa notificação do prazo? Porque, no nosso caso, a gente foi lá e verificou que tinha várias coisas em desacordo com o que dizia o TPU. Então, ele deu, lá, 30 dias de prazo para regularizar. Dali a 30 dias, vem o alerta. Onde aparece esse alerta? É só na tela, para o agente vistor? Quem mais pode fazer o controle desses prazos?

R – Os retornos são vistos tanto pelo agente vistor, pelo supervisor... Pelo agente vistor, supervisor, chefe de unidade e todos que ele chama de gestores da Prefeitura Regional... Eles veem tudo da sua Prefeitura Regional. Aqui em SQUOS, a gente vê de todas as prefeituras. A gente vê, mas, como ele é uma competência da Prefeitura, a gente não tem ação sobre o que ele tem que fazer. A gente apenas observa e vê alguns relatórios do que está acontecendo.

P – E, se o munícipe quiser fazer uma consulta, ele consegue ter acesso a essa informação?

R – Então, era isso o que eu ia falar. É o que eu falei. Vai ter aquele portal da fiscalização.

P – Vai ter? Hoje em dia, isso ainda não é possível?

R – Hoje em dia ainda não. Está em desenvolvimento. Ontem, a gente já teve uma última reunião para desenvolver. Agora, a Prodam vai formatar para pôr no ar. Tem o prazo de até outubro para colocar no ar.

P – Mas, a ideia é que não só aquele que foi autuado, mas qualquer cidadão possa verificar? Quer dizer, eu quero ver se aquele restaurante onde tem um *valet* funcionando... Se ele foi autuado, notificado...

R – A intenção é de que aqueles dados que a gente comenta aqui, sobre quem tem TPU ou quem não tem, vão estar disponíveis no portal da fiscalização. Ele vai clicar e ver todos os locais que foram emitidos, os que estão sob fiscalização e, também um que é determinado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, que são os estabelecimentos irregulares que estão em ação fiscal e os seus endereços. Está tudo previsto nesse portal da fiscalização.

P – Quando foi o último concurso para agente vistor?

R – Em 2002.

P – Qual é o...?

R – Só para ter uma ideia, mais ou menos naquela época, se não me engano, foi para 600 agentes vistores. Acho que ficou em torno de 900 a mil naquela época. Hoje, só em campo – a gente faz essa... Olha pelo sistema. Há em torno de 400 agentes vistores em campo, sendo que algumas prefeituras têm mais e outras, menos.

P – Vocês têm o cálculo de quantos estão em vias de se aposentar?

R – Não, porque aí é decisão pessoal, mas não mais... Muitos vão falando que estão se aposentando, que nem... Ele passa uma quantidade hoje e daqui a um mês essa quantidade pode estar menor, porque tem aqueles que também passam em outros concursos.

P – Sim. Vamos fazer o requerimento, também, para saber qual é a perspectiva do número de agentes vistores, ano a ano, nos próximos... Quanto é o...? Quantos anos são...?

R – De 2002 para cá... Dezesseis...

P – De 2002 para cá, então o pessoal que entrou em 2002 vai se aposentar em...?

R – O pessoal já... Uma boa parte já entra com tempo fora e, daí, ele averba...

P – Bom, vamos ver para os próximos cinco anos, vai? Qual é a perspectiva, assim... É claro, tem o imprevisto, mas quanto já se sabe que a gente vai ter de número de agentes vistores se aposentando nos próximos cinco anos?

Deixa eu ver se tinha mais alguma coisa em relação à fiscalização. Vocês podem falar, também, sem que a gente pergunte. Se quiser contribuir com alguma coisa... Só

retomando minhas anotações...

O SR. SENIVAL MOURA – Sra. Presidenta, só para... Nós temos que aprovar os requerimentos. Eles estão prontos? Eu tenho que sair em reunião de bancada. Estão me chamando.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Temos? Ah, é.

O SR. SENIVAL MOURA – Não tem quórum?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Não tem quórum para aprovar requerimento. Está certo. Digamos, não tem quórum, assim, para uma votação nominal, mas é possível aprovar requerimento dizendo “os que estiverem favoráveis, permaneçam como estão”, com base nos que deram presença? Não? Obrigada. Bom, então, está bem.

Se a gente puder, então, entrar em contato com a Vereadora Edir Sales, para saber se ela pode... Isso. Ótimo. Se V.Exa. puder aguardar mais alguns minutos, nobre Vereador...

O SR. SENIVAL MOURA – Sim, aguardo o retorno de S.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu também tenho algumas perguntas para a Márcia, mas pode falar.

A SRA. MÁRCIA DE ARAÚJO BORGES – Só para explicar um pouquinho, na área de licenciamento a gente vai analisar os processos de *valets*. Então, com o novo decreto, aumentou um pouquinho, mas não muito. A gente tem em Pinheiros 60 processos de *valets*, todos comunicados.

P – Já posteriores à versão nova do decreto?

R – Isso.

P – Sessenta?

R – É.

P – De dezembro para cá...

R – Entra com tudo. Então, assim, o pessoal não... Acabou, assim... Não... Apesar de ter mudado e tudo o mais, eles, também, às vezes... Não sei se já estão sabendo da

legislação, mas... Aumentou, mas não consideravelmente, como a gente tem a quantidade. Facilitou bastante. O pessoal reclamava muito, realmente, que a gente escuta no setor que é um processo muito demorado, muito complicado. Tinha “n” cursos de manobristas, “n” não sei o que, um monte de coisa, legislação. Inclusive, a taxa era muito alta. O pessoal reclamava demais. E licença de funcionamento, às vezes, o lugar tinha e o estacionamento não tinha. Então, ficava difícil. Então, isso vai facilitar bastante. Eu acredito que isso vá aumentar, mas, a princípio, hoje, a gente tem 60.

P – E quanto ao número de pessoas que você tem para analisar esses processos?

R – Então, a gente tem vários processos, lá.

P – Sim, vários tipos de processos...

R – A supervisão tem processos de licença de funcionamento, TPU de mesa e cadeira, TPU de *valets*... Aí, tem... O que mais, Fernando? Bom, em suma, a gente tem oito mil processos no licenciamento.

P – Oito mil tipos?

R – Oito mil processos.

P – Tipos de processos ou oito mil unidades?

R – Oito mil processos no licenciamento em Pinheiros.

P – Uau...

R – A gente fez uma baixa de processos de 2016. Em 2017 a gente conseguiu abaixar três mil processos, mas, assim, o problema é que, como a legislação, as outras legislações... Elas mudaram, não é? Então, teve o Novo Zoneamento. Teve Baixo Risco. Então, todo mundo entrou. A gente não tem, ainda, os sistemas, as licenças eletrônicas... Fechado para as licenças antigas...

Só... Não sei se vocês conhecem o Empreenda Fácil, que é o novo sistema das licenças eletrônicas para as empresas, que elas... Estão tendo o CCM e o CNPJ novo. Você pode entrar no Empreenda Fácil, que já faz... Sai tudo junto. Saem o CCM, o CNPJ e a licença,

tudo em uma semana, para as empresas novas.

Só que as antigas ficam lá. E a gente tem... Hoje, no licenciamento, a gente tem cinco técnicos.

P – Cinco técnicos?

R – Cinco técnicos para oito mil processos. Então, a gente faz... A demanda é agendamento, prioridade, porque não tem como oito mil processos, para cinco técnicos...

Então, apesar que, assim, esse dos *Valets*, eles estão todos comunicados e tudo o mais, mas o restante fica em aberto. A gente está querendo... Parece que até o final do ano a ideia é o Empreenda Fácil pegar para as empresas que já existem, para sair eletrônico. Porque, antigamente, a gente tinha o SLC – acho que era -, o SLEA, que era um outro sistema de licença eletrônica que foi bloqueado, pararam, e aí aumentou demais os processos na Prefeitura. Aí teve baixo risco, que assim eliminou uma série de documentação, ficou bem mais tranquilo para a pessoa, para os imóveis, tirou a regularidade do imóvel, o imóvel, antigamente, para tirar uma licença de funcionamento teria de ser regular. Hoje, se for baixo risco, você pode ter o imóvel irregular e tirar sua licença, facilitou bastante.

Então, ou seja, a demanda no eletrônico não está funcionando corretamente, assim, vou pegar os antigos também, para o pessoal entrar e já fazer, então a demanda foi imensa. Então a gente tem muito processo mesmo. E assim: precário, a gente tem os eletrônicos também, os habite-ses que viraram eletrônico, só que assim, um computador que funciona para habite-se eletrônico, no setor, quer dizer dois – o meu e mais de um técnico, que só um técnico está fazendo por causa do computador -, porque a gente abria um sistema de habite-se, ficava lá 20 minutos para você ver um documento. Então, assim, é muito precário, bem precária a seção. A impressora, às vezes a impressora não funciona, não dá para emitir guia, enfim, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Olha, eu vou, não sei se dá tempo para a gente redigir e aprovar ainda, quando a Vereadora Edir Sales vir, ela consegue vir para

cá? (Pausa) Tá, Vereador, V.Exa. pode ficar até que horas?

O SR. SENIVAL MOURA – Na verdade, meu tempo... Acho que já se encerrou.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Bom, em último caso, a gente faz uma extraordinária só para aprovar requerimentos, pode ser? Qual seria a antecedência para convocar uma reunião extraordinária? Se a gente convocar, por exemplo, para quinta-feira, imediatamente antes do plenário, vamos supor, eu posso convocar, a gente confirma a presença dos Vereadores, aprova os requerimentos, para não esperar até a próxima ordinária de CPI. Então já vou adiantar.

É bom, até porque a gente tem tempo de elaborar o texto com mais cuidado e eu vou perguntar no caso, para a Subprefeitura de Pinheiros e, depois, para as outras também, mas já que vocês já nos adiantaram isso, pedir para que vocês descrevam exatamente a estrutura de que vocês dispõem quanto a recursos de informática, recursos humanos e à demanda de processos de licenciamento e, tanto quanto possível, claro, essa é uma informação objetiva que vocês são capazes de prestar, sem dúvida.

Mas vou pedir também tanto quanto possível para que vocês informem qual seria a estrutura necessária. Tudo, assim: qual computador, com quanto de memória, com quanto de banda, com que... Para que pudesse dar andamento aos processos todos em tempo razoável.

O SR. SENIVAL MOURA – A estrutura necessária, não é Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É, claro que aí cai numa opinião, mais claro que é uma opinião fundamentada, não é simplesmente da cabeça de alguém, tipo “eu precisava de uns dez”, mas eu entendo que possa não ser tão precisa assim a informação de “o que precisaríamos ter”, mas bem preciso quanto ao que vocês já têm hoje, e para quantas pessoas e para quantos processos.

Então quando vocês dizem que já fizeram duas reuniões, desculpe Vereador, então se V.Exas., precisarem ir, colhemos as assinaturas.

O SR. SENIVAL MOURA – Já fomos informados. A gente espera mais um pouco, e

já resolve.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tá certo. Então preciso desse requerimento também.

Vocês disseram aqui, logo no começo da reunião, que fizeram reuniões a respeito desse tema para verificar, por exemplo, se as praças de atendimento estarão preparadas para receber as pessoas interessadas em regularizar, a avaliação de vocês é: PR Pinheiros tem, está pronta para receber uma nova demanda, como a gente acredita que deva haver. A gente quer que os *valets* se regularizem, então, mexendo no decreto, nas normas todas, para permitir isso. Se vierem todos os *valets* querendo se regularizar, a praça de atendimento está preparada para isso?

O SR. FERNANDO SALLES - Eu acredito que sim, mesmo porque como eu fiz parte da comissão formatada pela Secretaria do Governo no sentido de propor as alterações, então, tudo aquilo que era proposto, a gente discutia com os nossos técnicos de licenciamento, representado pela Supervisora Márcia, eu acredito que sim.

Mas eu jogo um pouco mais da minha explanação, Vereadora, em cima daquela necessidade de padronização que é conduzida pela nossa Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo, porque, muitas vezes, o munícipe, por uma questão até de facilidade dele, ele quer protocolar o pedido de *valets* de Pinheiros na Prefeitura Regional de Santana, ou qualquer uma das portas em que ele pode solicitar. Então essa padronização é importante.

E isso está sendo encaminhado através do nosso Supervisor Geral de Uso e Ocupação do Solo que teve oportunidade de se manifestar no nosso encontro passado, apesar de estar recém-empossado, mas o que a gente podia noticiar é isso: que as nossas reuniões visaram justamente isso: traçar estratégias de divulgação dessa nova legislação e isso já foi conversado na Prefeitura Regional de Pinheiros, já foi colocado por nossa Prefeita Regional da necessidade de fazermos encaminhamento num convênio que nós temos com o Correio a todos os estabelecimentos que têm interface com esse assunto, e aumentar, em breve tempo,

o número de processos protocolados, que vai ser o indício de que essas facilidades oferecidas, no novo decreto e na nova orientação normativa, possam sim ser usufruídas pelos munícipes.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Pergunto aos Srs. Vereadores e aos depoentes se querem acrescentar alguma coisa nesse momento. (Pausa)

Então, vamos lá, solicito à Vereadora Edir Sales, Vice-Presidente desta Comissão que faça a leitura dos requerimentos.

A SRA. EDIR SALES – Obrigada pela incumbência. Prometo que farei, tentarei fazer a leitura à altura de V.Exa., minha Presidente.

- É lido o seguinte (Requerimento solicitando à Prefeitura Regional de Pinheiros a relação de notificações e autos de multas, do Vereador Senival Moura.)

A SRA. EDIR SALES – Agora outro requerimento, da Vereadora Soninha Francine.

- É lido o seguinte (Requerimento da Vereadora Soninha Francine solicitando à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais algumas informações: quantidade de agentes vistores ativos; quantidade de agentes vistores que já possuem condições de se aposentar...)

- É lido o seguinte (Requerimento da Vereadora Soninha Francine solicitando à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais informações sobre quais são as atribuições dos agentes vistoristas e a relação de irregularidades)

- É lido o seguinte: (Requerimento da Vereadora Soninha Francine solicitando à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais a quantidade de agentes vistores por Prefeitura Regional.)

- É lido o seguinte: (Requerimento da Vereadora Soninha Francine solicitando que seja realizada diligência conjunta para averiguar o funcionamento e regularidade nos serviços de *valets*)

- É lido o seguinte (Requerimento da Vereadora Soninha Francine solicitando à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais cópia da tela apresentada no *tablet*)

A SRA. EDIR SALES – Estão lidos os requerimentos, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Desculpe, tem mais um requerimento agora que estamos concluindo a redação, Vereadora, só um segundo. (Pausa)

- É lido o seguinte (Requerimento da Vereadora Soninha Francine solicitando um parecer da Prefeitura Regional de Pinheiros com os seguintes dados: estrutura atual existente, equipamentos, servidores do setor de licenciamento...)

A SRA. EDIR SALES – ...Setor de licenciamento que, aliás, é um dos principais setores das Prefeituras Regionais.

- Continuação da leitura do requerimento.

A SRA. EDIR SALES – Está lido, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Os Vereadores que estiverem favoráveis aos requerimentos permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados.

Indago aos presentes se têm mais alguma manifestação? (Pausa) Só para registrar informalmente nós aqui, os Vereadores, nós Vereadores, frequentemente criamos novas irregularidades, ou melhor, queremos fazer constar em lei determinadas posturas que têm de ser objeto de multa, de notificação, de fechamento de estabelecimento. E ao que me parece, Vereador, em algum momento, a gente precisa consolidar todas essas setecentas e... (Pausa) setecentas e cinquenta possibilidades que já existem de...

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Aumentar, porque eu tenho mais uns quatro decretos, quatro leis para regulamentar que estão parados lá; bituqueira, portão eletrônico e outras coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É, em algum momento a gente precisa montar um grupo de estudos, uma comissão, para fazer a consolidação das posturas municipais das irregularidades. Do contrário, não há sistema de fiscalização que dê conta, nem que tivesse um fiscal para cada quadra da Cidade, não tem como. Agradeço.

A SRA. EDIR SALES – Antes de encerrar, pela ordem, e hoje realmente a gente sente uma falta muito grande de equipes, de equipes internas inclusive. Há uma defasagem muito grande de quando não falta licenciamento, falta aprovação; quando não falta aprovação falta cadastro; quando não falta... entendeu? Então são situações assim sérias e nós percebemos, Vereadora, Vereador André e Vereador Senival Moura, nós percebemos que há realmente uma questão a ser resolvida o mais rápido possível.

E em obras também. Hoje o assunto não é obras, mas em obras também, as emendas ficam paradas lá, muitas vezes por falta de competência, ou por falta de funcionários, ficam as emendas paradas. A Prefeitura libera as emendas e as emendas ficam lá paradas por falta de funcionários, por falta de competência. Então tudo isso, essa comissão, com certeza,

ela terá um papel fundamental para que a gente possa realmente ajudar a Prefeitura nessa consolidação.

O nosso objetivo aqui não é ficar procurando pelo em ovo, nosso objetivo é realmente ajudar a solucionar para que tenha, assim, um melhor rendimento das 32 Subprefeituras existentes na cidade de São Paulo.

O SR. ANDRÉ SANTOS - Há tantas reformas, por isso a importância eu creio que através dessa sugestão da Vereadora Soninha de criarmos essa comissão de estudos para avaliar essas questões, porque vai chegar o momento em que serão tantas leis que ninguém vai ter condições de, nem aqueles que fiscalizam, nem aqueles que têm de executar a lei, vão conseguir obedecer aquilo que é determinado.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Também tem as leis antigas que ainda estão em vigor que a gente tem de aplicar. Então tem de fazer a revisão de toda essa... De uma boa parte que está lá para trás para serem revogadas. Diminui essa quantidade que está disponível no *tablet*, ou consolidar em alguma que já está, que foi recentemente aprovada, né. Tira aquela e passa para uma outra.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Muito obrigada. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo. A Secretaria enviará a todos os membros a convocação para as próximas reuniões, através de *e-mail*.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Obrigada.